



A PRÁTICA NÃO AGRÍCOLA COMO ALIADA PARA PERMANÊNCIA NO CAMPO – UM ESTUDO NO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE GUADALUPE EM JATAÍ (GO) E ASSENTAMENTO RIO VERDINHO EM RIO VERDE (GO)

Non-agricultural practice as an ally for staying in the field - a study in Nossadas de Guadalupe settlement in Jataí (go) and Rio Verdinho settlement in Rio Verde (Go)

Juliana Prado Soares

Universidade Federal de Jataí - UFJ
jupraso@bol.com.br

Dimas Moraes Peixinho

Universidade Federal de Jataí- UFJ
dimas_peixinho@ufj.edu.br

Sabrina Carlindo

Universidade Federal de Jataí - UFJ
sabinacarlindoo@gmail.com

Resumo: O campo brasileiro tem passado por grandes transformações, desde o final do século XX, que priorizam os grandes produtores, requer alto investimento em tecnologia, uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, intencionando um aumento imediato da produtividade, principalmente *commodities* para exportação. Esse modelo produtivista exige que o agricultor familiar busque formas de permanecer no campo, que nem sempre serão atividades agrícolas, principalmente para aqueles que não se enquadram nas exigências desse modelo, como. Esse artigo tem como objetivo realizar um estudo conceitual de importantes funcionalidades do campo brasileiro, dentre elas a pluriatividade, a multifuncionalidade e a agroecologia. Em um primeiro momento será feito estudo teórico a partir de importantes autores da Geografia Agrária e da Sociologia Rural, em seguida serão apresentadas atividades agrícolas e não agrícolas que caracterizam a pluriatividade em um estudo empírico nos assentamentos Nossa Senhora do Guadalupe em Jataí-GO e assentamento Agrovila Rio Verdinho no município de Rio Verde-GO, buscando entender a importância das atividades como meio de reprodução social e permanência no campo para esse grupo de trabalhadores

Palavras Chaves: Pluriatividade; Multifuncionalidade; Agroecologia

Abstract: The Brazilian countryside has undergone major transformations since the end of the 20th century, which prioritize large producers, require high investment in technology, intensive use of pesticides and fertilizers, intending an immediate increase in productivity, mainly *commodities* for export. This productivist model requires the family farmer to seek ways to remain in the countryside, which will not always be agricultural activities, especially for those who do not fit the requirements of this model, such as. This article aims to carry out a conceptual study of important features of the Brazilian countryside, among them pluriactivity, multifunctionality and agroecology. In a first moment, a theoretical study will be made from important authors of Agrarian Geography and Rural Sociology, then agricultural and non-agricultural activities that characterize pluriactivity will be presented in an empirical study in the settlements Nossa Senhora do Guadalupe in Jataí-GO and settlement Agrovila Rio Verdinho in the municipality of Rio Verde-GO, seeking to understand the importance of activities as a means of social reproduction and permanence in the field for this group of workers

Keywords: Pluriactivity; Multifunctionality; Agroecology

Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais ISSN 2238-3565

v.12, n. 1, p. 148 – 177, janeiro/junho, 2023.

INTRODUÇÃO

Pensar no campo brasileiro é pensar um espaço “contraditório e combinado” (OLIVEIRA, 1999), onde o grande agricultor cada vez mais garante seu espaço em contrapartida os pequenos produtos permanecem como sinal de resistência a essa inserção do capitalismo no campo. Dessa forma tornou-se necessário buscar novos meios de sobrevivência, uma vez que apenas de atividades agrícolas tradicionais o pequeno produtor não conseguiria sobreviver, outro fator que acabou contribuindo para inserção de novas funcionalidades do campo é a proximidade entre o campo e a cidade.

Partindo desse pressuposto, esse artigo pretende discutir as novas funcionalidades do campo, entre elas a pluriatividade, a multifuncionalidade e a agroecologia. Dois fatores importantes para debater tais temas são as ruralidades e o estreitamento da relação campo e cidade que também estarão presentes na discussão, mesmo não sendo temas tão novos adquirem novas roupagens dentro do cenário atual.

A pluriatividade se caracteriza pela prática agrícola e não agrícola em uma mesma unidade familiar de produção, todavia segundo Carneiro (2006) deve-se analisar em que contexto econômico e histórico essa combinação ocorre. Sendo assim, Schneider (2005) afirma que a pluriatividade se manifestaria naquelas situações em que a integração da agricultura familiar aos mercados alcança um novo estágio ou se dá por uma via distinta que é do mercado de trabalho. É válido ressaltar que as práticas pluriativas se inserem no conjunto de mudanças que imbricam nas relações campo/cidade, com uma maior influência do aspecto, antes dito urbano, ao meio rural, com facilidades que permitem que o “ir e vir” sejam possíveis.

A prática não agrícola combinada com práticas agrícolas não é um fato novo. O que diferencia as atividades não agrícolas já citadas por clássicos escritos por Kaustky e Chayanov é o contexto histórico no qual estão inseridas, o “trabalho acessório” e “por outras atividades não agrícolas” são discutidos a partir da inserção do capitalismo no campo por meio da industrialização no campo, já a pluriatividade passou a ser discutida a partir do momento em que há a inovação tecnológica, a modernização do campo, a crise de superprodução na Europa, o predomínio de grandes latifúndios, dentre outros.

Outro tema tratado no artigo é a multifuncionalidade, que está inserido no contexto das novas funcionalidades do campo. Tambôlo e Zuttion destacam que a noção de multifuncionalidade da agricultura nasce no debate sobre o desenvolvimento sustentável, tendo

sido incorporada nas diretrizes de muitas organizações internacionais. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) considera as múltiplas funções da agricultura com vistas a definir políticas de desenvolvimento que assegurem a sustentabilidade da agricultura e do desenvolvimento rural no longo prazo. Igualmente, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera que, além da sua função primária de ofertar alimentos e fibras, a atividade agrícola pode também moldar a paisagem, promover benefícios ambientais tais como a conservação do solo, o manejo sustentável dos recursos ambientais e a preservação da biodiversidade e contribuir com a viabilidade de muitas áreas rurais. Neste sentido, propõe notadamente sistemas integrados de atividades agrícolas e não agrícolas (MALUF, 2002), sendo assim considera-se que a pluriatividade pode ser entendida como uma estratégia da multifuncionalidade.

Com a intensificação do uso de agrotóxicos no campo, muitos alimentos podem ser considerados perigosos à saúde humana, nesse contexto a agroecologia passa a ser discutida como uma emergência para aqueles que preferem uma maior segurança alimentar. Outro fator importante é que a agroecologia pode se tornar um meio de produção muito utilizado por agricultores familiares.

A partir dessa perspectiva este trabalho analisa novas funcionalidades do campo, através da pluriatividade, multifuncionalidade e agroecologia, buscando compreender se elas descaracterizam o campo ou devem ser consideradas como formas de sobrevivência. Para tal foi realizada uma discussão teórica através da literatura nacional e internacional, levantamento de dados secundários através do Censo agropecuário do IBGE. Os dados empíricos do trabalho foram obtidos através de visitas e entrevistas nos assentamentos Nossa Senhora do Guadalupe em Jataí-GO e Agrovila Rio Verdinho em Rio Verde-GO.

O agronegócio nesses municípios é destaque em nível nacional, a bovinocultura de corte e leiteira tem aprimoramento genético, além disso, os municípios se destacam no mercado interno e externo e possuem importantes parques industriais e comerciais gerando emprego e renda, a busca de novas alternativas para agricultura familiar é comum, uma vez que a prioridade nos investimentos destina para os médios e grandes proprietários.

AS RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS NO BRASIL

Ao promover um debate sobre ruralidades, deve-se levar em conta as transformações que sofreram o campo e, conseqüentemente, o rural. “Antes da década de 1970 o meio rural, era visto como algo “atrasado “arcaico”, fonte geradora de grandes problemas sociais e precariedades estruturais, devido à falta de recursos relacionados à infraestrutura, distância dos centros urbanos e a própria dificuldade de se locomover”. (NOGUEIRA DA SILVA, 2013, p. 31, grifos do autor). Podemos dizer que em pleno século XXI temos um rural totalmente diferente desse citado, que participa diretamente e indiretamente do urbano, que utiliza tecnologias e as distâncias foram sobrepostas devido a investimentos em infraestruturas, facilitando a comunicação com os centros urbanos. Nesse sentido, Vale (2005) afirma que com “o novo rural”, o perfil da população residente no campo modificou-se, o que significa que o modo “tradicional” e a forma como as pessoas se relacionam com o espaço, tendem a se adequar cada vez mais ao modo de vida urbano, especialmente sob a influência do consumo que caminha cada vez mais no sentido da generalização, seja no campo, seja na cidade.

Por outro lado, os cidadãos também buscam uma relação maior com campo, principalmente como local de lazer e descanso.

Observa-se, então, a elaboração de uma outra vertente de representações sociais sobre o « rural », não mais sustentadas na sua desqualificação como « atrasado », mas apoiadas na valorização positiva da natureza e do patrimônio cultural dos espaços „rurais“. Essa busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contanto mais frequente e próximo com a natureza « idealizada » estimula o turismo que, por sua vez, introduz mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades. (CARNEIRO, 2012, p.226, grifos do autor).

De acordo com Mattei (2008, p. 413), somente nos anos 1980 é que o eixo central do debate mudou, quando novos elementos foram incorporados à discussão sobre o futuro do mundo rural. Assistimos na última década um forte crescimento das novas atividades e dos novos usos do espaço rural que vão além da produção agropecuária. A maior expressão destas transformações em curso em nossas áreas rurais é evidenciada pelo crescimento de população residente em áreas rurais, mas dedicadas a atividades não agrícolas, quer no próprio meio rural, quer no centro urbano próximo. “Em outros termos, são evidências de uma nova ruralidade emergente no Brasil”.¹

¹ Informação retirada da apresentação que José Graziano da Silva fez no livro de André Pires “Ruralidades em transformações: Agricultores, caseiros e moradores de condomínio” (2007).

Há, no entanto, uma nova realidade a que essa visão tradicional não adere mais: hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que podem inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais. (KAGEYAMA, 2008).

Biazzo (2008) destaca que são inúmeros exemplos de novas identidades rurais ou manifestações de ruralidades encontradas tanto no campo quanto na cidade. Associadas à economia seriam a revitalização de práticas de produção orgânica nas atividades agrárias, o turismo rural em espaços campestres e os mercados futuros de commodities em espaços citadinos.

Não apenas no Brasil há essa renovação do rural, Carneiro (2012, p.2) destaca que tal como o “renascimento rural” francês, a imagem do “novo rural brasileiro” vai estimular uma série de estudos voltados para a qualificação dessa nova tendência que tem como uma das principais premissas a ruptura (ou relativização) da representação do mundo rural atrelada à atividade agrícola.

Testemunhamos nas quatro últimas décadas grandes transformações no meio rural, principalmente no que se refere à relação campo/cidade e às práticas de atividades não agrícolas. Para Wanderley (1999), mediante a crise do modelo de sociedade, “novos olhares” estão sendo lançados sobre o meio rural que, aos poucos, está sendo visto igualmente como “portador de soluções”. Dessa forma, a ruralidade e o desenvolvimento sustentável, na perspectiva do desenvolvimento local, são temáticas já incorporadas, em grande medida, pela comunidade acadêmica, pelos movimentos sociais e pelos formuladores das políticas públicas, muito embora num ritmo lento em comparação aos países da União Europeia.

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A pluriatividade pode ser uma realidade presente tanto nas grandes propriedades como em pequenas, aqui, optamos por discutir a pluriatividade na agricultura familiar em assentamentos. De acordo com Schneider (2003), para se entender o significado da pluriatividade em situações em que predomina a agricultura familiar é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam, metamorfoseiam-se e se reproduzem fora do

escopo rígido das leis de valorização do capital. Nem sempre as práticas de atividades pluriativas estão ligadas apenas ao capital, podem ter viés de permanência, continuidade e sobrevivência no campo.

Pensar na agricultura familiar através da noção de pluriatividade implica na possibilidade de ampliar o foco de análise, incorporando novas relações entre o rural não agrícola e a agricultura, a partir da observação e análise da família. (TEIXEIRA, 2012, p. 13). A intensificação do debate sobre a agricultura familiar ocorreu no Brasil devido a fatos políticos, segundo Carneiro (1999) e FAO (INCRA 1994), a opção do governo por eleger essa forma de produção agrícola como protagonista do desenvolvimento rural se baseia em análises que atribuem à agricultura familiar condições mais favoráveis de competitividade quando comparada à agricultura patronal no que se refere aos rendimentos físicos obtidos e mesmo à capacidade de empregar mão de obra.

O governo brasileiro, por meio da Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, estabeleceu os conceitos que definem o (a) agricultor (a) familiar e/ou o empreendedor (a) familiar, que deve atender simultaneamente aos requisitos:

- a) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- b) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- c) tenha renda familiar predominante originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- d) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

A trajetória, ainda curta em termos temporais, do conceito de Agricultura Familiar é extensa em relação à bibliografia expressando o intenso debate sobre as características empíricas e o estatuto teórico dessa “nova” categoria de análise (CARNEIRO, 1999, p. 329). Santos (2008) considera que o pequeno produtor é o segmento que mais sofre com a modernização. A tendência é o fortalecimento do grande produtor com a incorporação das inovações tecnológicas na produção agropecuária. A concentração das terras é uma realidade, pois o agricultor familiar, em meio às dificuldades, vende suas terras e migra para as cidades, ou até mesmo torna-se trabalhador temporário da grande propriedade.

Dessa forma, não estão diante da expropriação inevitável pelo avanço das relações capitalistas de produção no campo, mas sim no seio de um processo contraditório. Assim, ao mesmo tempo em que o subordina promove o seu deslocamento territorial, abrindo espaço, para a continuidade e possibilidade da concentração de terras para uma fração de camponeses que têm acumulado riquezas neste processo, e, conseqüentemente, vêm abrindo no espaço distante a possibilidade de acumulação. (OLIVEIRA, 2001, p.72).

A realidade é que a estrutura fundiária no nosso país é muito concentrada, sendo que os grandes centralizam 77% das terras, sendo que o número de estabelecimentos representa apenas 23,1%, enquanto que a agricultura familiar possui 76,9% do número de estabelecimentos, ocupando apenas 23% da área total. A esses são destinados os assentamentos, pequenos arrendamentos, posseiros ou aqueles pequenos pedaço de “chão” em que insistiram em continuar. Para Wanderley (1998. p. 14), “[...] a agricultura familiar nas sociedades modernas é, antes de tudo, uma realidade multiforme e que esta diversidade resulta, sobretudo, de sua capacidade de adaptação a contextos sociais e políticos os mais diversos”.

O que não pode gerar dúvidas é a importância que a agricultura familiar possui, sendo a responsável por empregar e por colocar na mesa dos brasileiros mais de 70% dos alimentos. Sobre a importância da agricultura familiar, Lamarche (1998) coloca que ela não é uma forma social, residual, transitória ou em vias de desaparecimento.

Por mais que haja uma expressiva participação da agricultura familiar no mercado e na produção de alimentos, esse segmento não vive apenas de atividades agrícolas, as práticas de atividades não agrícolas também ocorrem em muitos estabelecimentos da agricultura familiar. Schneider (2009) e Anjos (2003) defendem que a pluriatividade é uma característica inerente à organização das unidades de trabalho familiar, além de ser uma característica intrínseca da agricultura familiar.

De forma geral, a pluriatividade encontra-se associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas. (CANDIOTTO, 2007, p.192).

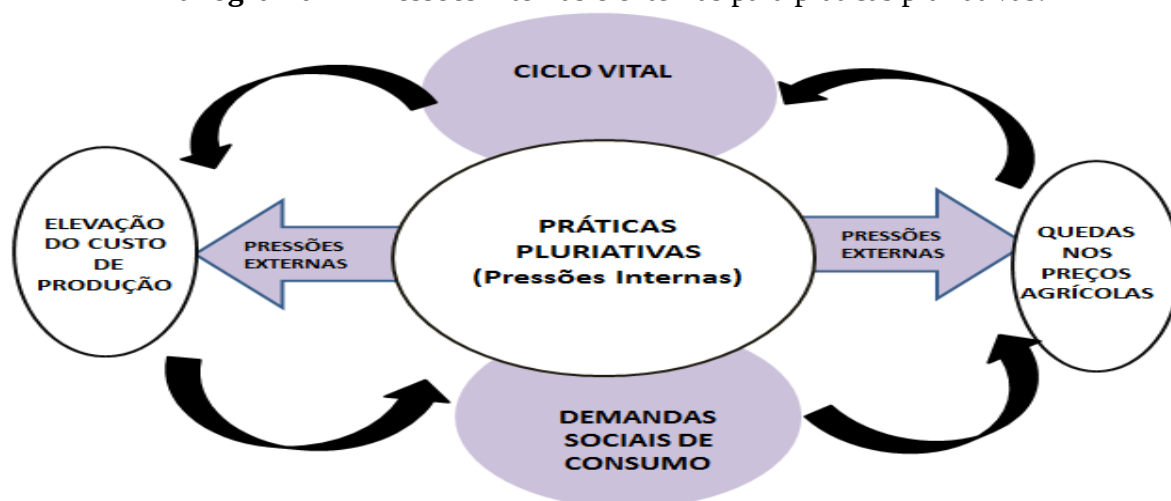
O processo de desigualdade fundiária existente no país e os interesses políticos que atravessam a agricultura familiar abrem uma brecha para que as práticas pluriativas ocorram. A pluriatividade tem sido também associada a um processo de mercantilização no âmbito da agricultura familiar.

A atual combinação das atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) entre os agricultores familiares se diferencia das atividades não agrícolas exercidas no passado justamente por não ser mais encarada como forma de trabalho complementar, ocasional e temporário, passando a ser resultado de uma estratégia planejada e permanente de inclusão dos membros das famílias rurais no mercado de trabalho. (TEIXEIRA, 2009, p.17).

O contexto em que a pluriatividade está inserida é de fundamental importância para a compreensão da diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas tão presentes no meio rural na atualidade. As práticas pluriativas na agricultura familiar passam a ser praticadas como estratégia de reprodução social tanto por pressões internas quanto por pressões externas, conforme Fluxograma 1.

Por conseguinte, a prática da pluriatividade na agricultura familiar vai ocorrer em momentos distintos, em que grandes acontecimentos contribuíram para sua permanência, ora por pressões internas como o ciclo vital que se torna mais oneroso devido à influência tecnológica e da mídia que atinge praticamente todos os segmentos, inclusive o campo, haja vista que há um aumento significativo nas demandas sociais de consumo, fruto de uma sociedade capitalista, além da facilidade na relação campo/cidade, ora por fatores externos como elevação de custos de produção, ora devido às quedas nos preços agrícolas.

Fluxograma 1 - Pressões internas e externas para práticas pluriativas:



Fonte: Organizado pelos autores (2018).

Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2002), a Revolução Verde, ao ser implantada no Brasil a partir da década de 1950 através de incentivos e subsídios governamentais, promoveu os avanços tecnológicos conhecidos que geraram um grande movimento de êxodo rural naquela época. Notou-se então uma acentuada queda dos preços dos produtos agropecuários, a elevação dos custos do trabalho e do crédito e a redução do ritmo de inovação neste setor, diminuindo a renda auferida das atividades agropecuárias.

As atividades pluriativas na agricultura familiar podem ser um sucesso e contribuir positivamente para as famílias, mas podem também não ser bem-sucedidas.

As unidades pluriativas, por sua vez, também podem vivenciar situações de sucesso ou de insucesso econômicos associados a padrões diferenciados de bem estar social e de integração aos mercados (agrícolas e não agrícolas). Da mesma maneira que as de outro tipo, nessas formas pluriativas a atividade agrícola pode se aproximar tanto da monocultura como da policultura. (CARNEIRO, 2003, p.21).

A pluriatividade se destaca como um importante meio empregatício nas propriedades voltadas para a agricultura familiar, no entanto, o sucesso ou o insucesso irá depender dos motivos que levaram a essa prática, podendo ser positiva ou não. Carneiro (2003, p.21 grifos do autor) afirma “que é importante reconhecer, nesses casos, é que, seja por razões de ordem econômica, cultural ou ambas, a reprodução social incorpora atividade de setores distintos da economia, conformando o que alguns de nós temos denominado de ‘nova ruralidade’ ou de ‘novo rural’”.

É válido lembrar que é a partir dos processos de espoliações ou das “ruralidades contemporâneas” que discutem as mudanças sofridas pelo campo que a pluriatividade ganha maior relevância na literatura. Nesse período, não apenas a pluriatividade, mas também a multifuncionalidade, o estreitamento da relação campo/cidade e mesmo a urgência de uma agricultura sustentável foram amplamente discutidos.

A MULTIFUNCIONALIDADE NO CAMPO: DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE

Diante do cenário agrícola em que o planeta está inserido a emergência de um novo modelo produtivista é indiscutível. Nesse sentido, afirma Carneiro (2002, p.233): “as noções de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura tem sido frequentemente acionada no debate sobre as transformações recente no meio rural, seja nos países desenvolvidos, seja no Brasil [...]”. De acordo com Verges (2013), a noção de multifuncionalidade rural começa a ser discutida após as mudanças introduzidas pela Revolução Agrícola, que impôs um novo padrão de produção para a agricultura entre as décadas de 1960 e 1970, conhecida como a Revolução Verde. No entanto, muitas dessas mudanças foram vistas como algo prejudicial, gerando consequências negativas, tanto pela inserção pesada da mecanização no campo, quanto pela monocultura, que afetou o meio ambiente e ocasionou o aumento dos problemas sociais decorrentes da elevada concentração fundiária e do predomínio da agroindústria.

A Revolução Verde veio acompanhada de um pacote que visava o crescimento econômico e o aumento imediato da produção mundial, o meio ambiente foi deixado de lado, os principais beneficiados foram os grandes produtores, havia pressa de se produzir. Este

modelo produtivista privilegiou apenas o crescimento econômico, o que resultou na degradação ambiental, na desigualdade gerada pelo avanço tecnológico entre os agricultores e entre regiões, mudanças no trabalho das famílias, ocasionando êxodo rural, e consequente inchaço dos centros urbanos e marginalização socioeconômica de uma grande parcela da população mundial (MULLER, 2007).

Esse padrão oferecido pela Revolução Verde foi severamente criticado pelos ambientalistas, pois incentivou o aumento da produtividade não levando em consideração os males que isto poderia causar ao meio ambiente. Com essas consequências negativas, severas críticas foram feitas em relação a esse novo padrão de produção da agricultura, ao ponto de tal modelo ter sido questionado. “Diante desses fatos é que se começa a lançar “outros olhares” sobre o meio rural, numa tentativa de vê-lo não mais como aquele espaço atrasado, mas sim como portador de soluções para a crise socioambiental. São esses olhares que estão associados ao conceito de multifuncionalidade rural.” (VERGES, 2013, p.362).

A dimensão que abrange a discussão da multifuncionalidade não visa necessariamente o aspecto econômico da agricultura, mas as diferentes atividades do mundo rural, levando em consideração a diversidade dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo, especialmente dentro da agricultura familiar. A multifuncionalidade da agricultura está associada ao reconhecimento oficial de que ela exerce um papel cuja importância transcende a produção de produtos agrícolas propriamente ditos, destinados à alimentação humana e animal e à matéria prima para indústria (GIVORD, 2001). Sobre a noção de multifuncionalidade, Carneiro e Teixeira (2012, p. 91) destacam que:

[...] a noção de multifuncionalidade vem responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhe são propostos pela interação contínua (e cada vez mais presente) entre práticas e valores sociais, culturais e econômicos diversificados. Resulta, daí, um olhar que não reduz o agricultor a um mero *homo economicus*, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção, mas o vê como um ser de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos à lógica econômica.

Ainda sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura, Carneiro (2002) coloca que ela vem responder à necessidade de se perceber a agricultura familiar no contexto dos novos desafios que lhe são propostos pela interação contínua e, cada vez mais presente, entre valores e práticas sociais, culturais e econômicas diversificadas.

Segundo Ploeg (2006), o entendimento dessas oportunidades produtivas pode orientar o surgimento de melhores estratégias de apoio e investimentos no âmbito público e privado,

sobretudo no tocante à(às): i) produção de novos produtos e serviços, com a criação simultânea de novos circuitos mercantis; ii) mudança em direção a uma agricultura mais econômica e autônoma em relação ao mercado de insumos; iii) reconexão da agricultura com a natureza, com a adoção de práticas produtivas de maior apego ambiental; iv) novas formas de cooperação e associativismo local; v) reintrodução da *artesanalidade* para a produção de artesanatos e produtos agroindustriais com identidade territorial; e vi) possibilidades de inserção em atividades não agrícolas, ou *pluriatividade* (grifos do autor).

A multifuncionalidade envolve uma diversificação de atividades, prevendo não apenas o desenvolvimento econômico, mas principalmente a preservação ambiental e o desenvolvimento social, nesse viés, percebemos que a pluriatividade é intrínseca à multifuncionalidade, como exemplo podemos citar o agroturismo, que é uma atividade que promove o desenvolvimento econômico, gerando emprego e incentivando a conservação ambiental, desenvolvido em muitas propriedades pluriativas.

A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a incorporar diversas atividades; a função populacional, que nos períodos de intensa industrialização consistia em liberar mão de obra para as cidades, agora se propõe a melhorar as condições de infraestrutura, serviços e geração de ofertas de empregos para manter a população no campo; e a função ambiental, antes negligenciada no modelo produtivista, passa a ganhar mais prioridade na condução das políticas públicas atuais (TEIXEIRA, 2012).

Por volta da década de 2000, outro conceito que passou a ser discutido e possui uma proximidade com a multifuncionalidade da agricultura é o de agroecologia, ou agricultura agroecológica, pois contempla a reordenação das formas de produção com base na diversidade da agricultura familiar, com vistas a aspectos relativos à fertilidade do solo, à preservação de outros recursos naturais e ao respeito aos valores culturais locais, passando pelo uso de sistemas não convencionais de produção e pela diversificação de atividades agrícolas na propriedade e mesmo algumas atividades consideradas não agrícola. As transformações advindas da agricultura ditas “moderna” exigem cada vez mais a necessidade de se pensar uma forma sustentável de se produzir.

METAMORFOSES DA AGRICULTURA MODERNA E UMA URGÊNCIA SUSTENTÁVEL

A agricultura passou por várias transformações nas últimas quatro décadas, mudanças essas que interferiram no modo de vida do rural, trazendo novos atores e novas formas de atividades. A interferência crescente do uso de agrotóxicos, agroquímicos e fertilizantes para dinamizar, principalmente, as grandes lavouras causam grandes problemas à saúde, além de danos ao meio ambiente. Um desenvolvimento rural sustentável que proporcione uma segurança alimentar e uma alimentação saudável utilizando dos princípios da agroecologia começou a ser debatido no final do século XX e início do século XXI. Esse é um dos temas que se tornaram relevantes e emergenciais no cenário mundial tendo como princípio uma agricultura sustentável.

Um dos grandes expoentes hoje da problemática ambiental no campo são os agrotóxicos e suas implicações sobre o meio ambiente e a saúde humana. Segundo dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em 2009, o Brasil tinha relacionado 434 tipos de agrotóxicos e, nesse mesmo ano, foram vendidas 789.974 toneladas do gênero. Ainda segundo a Anvisa, o Brasil se destaca hoje no cenário mundial como o maior consumidor de agrotóxicos, respondendo, só na América Latina, por 86% do consumo desses produtos. (MAZALLA NETO e BERGAMASCO, 2017. p.197).

A Reforma Agrária e a agricultura familiar são importantes meios para prover um desenvolvimento rural sustentável. Caporal e Costabeber (2003) afirmam que, nessa perspectiva, cabe salientar a importância da Reforma Agrária e da agricultura familiar na construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e de aumento e consolidação da produção nacional de alimentos básicos. Fato que tem sido defendido ao longo de décadas, o desenvolvimento rural brasileiro carece de uma vigorosa reforma da estrutura fundiária e de políticas consistentes de fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar permite a prática da agricultura sustentável que, para Altieri (2002), refere-se à busca de rendimentos duráveis, em longo prazo, através do uso de tecnologias de manejo ecologicamente adequadas, o que requer a otimização do sistema como um todo e não apenas o rendimento máximo de qualquer produto específico. Uma das maneiras mais adequadas para um plantio sustentável seria a agroecologia. Numa visão agroecológica, a agricultura sustentável pode ser assim definida:

Sob o ponto de vista agroecológico, existe relativo consenso de que a agricultura sustentável é aquela que, a partir de uma compreensão holística

dos agroecossistemas², seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de inputs comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes da dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção a longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação. (CAPORAL; COSTABEBER, 2003, p.157).

O sistema agroecológico permite um cultivo com uso de recursos renováveis, sem agrotóxicos, com maior qualidade e mais benefícios à saúde. Agroecologia é uma nova abordagem que integra os conhecimentos científicos (agronômicos, veterinários, zootécnicos, ecológicos, sociais, econômicos e antropológicos) aos conhecimentos populares, para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas, com vistas à sustentabilidade. Não se trata de uma prática agrícola específica ou de um sistema de produção.

A cartilha do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento traz de uma forma simples a definição de Agroecologia como sendo: uma forma de produzir os alimentos necessários para as nossas famílias, promover uma condição de vida digna, educação e saúde. Tudo isso interagindo com os recursos naturais de nossas propriedades, garantindo que a atual e futuras gerações possam viver com dignidade.

A agricultura brasileira e mundial, principalmente a agricultura capitalista, passou por grandes mudanças, apoiadas por grandes bancos, intensificando o uso de agrotóxicos e fertilizantes visando o aumento de *commodities* financiadas por grandes *tradings*, visando à exportação e não o mercado interno. Com isso, o mercado interno recorre à agricultura familiar para adquirir alimentos básicos necessários a sua alimentação, há também a necessidade de adquirir produtos saudáveis, para isso, muitos agricultores familiares investem no sistema agroecológico de produção, que vai além do modo de produção. De acordo com a cartilha Agroecológica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a valorização da biodiversidade, o estímulo à produção diversificada, práticas ecologicamente adequadas e questões como gênero e cultura mostram o caráter holístico da Agroecologia, que considera, na estruturação de um sistema produtivo, desde a caracterização do bioma até a finalidade produtiva e o perfil humano envolvido.

² Agroecossistemas são um subconjunto dentro dos sistemas ecológicos. (Cartilha Agroecológica p.10, mapa Ceplac) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao abordar a agroecologia em um estudo voltado para a pluriatividade têm-se dois motivos, primeiro, por ser um tema debatido no mesmo contexto em que se debate a pluriatividade, ou seja, a partir das novas ruralidades, e, segundo, porque através da agroecologia várias atividades podem ser desenvolvidas, tanto agrícolas como não agrícolas, isso reforça a definição de pluriatividade (combinação de práticas agrícolas e não agrícolas em um mesmo estabelecimento rural). Como exemplo de atividades desenvolvidas pelo viés agroecológico, podemos citar atividades voltadas para permacultura, sendo que várias delas podem ser consideradas atividades agrícolas, e apicultura, piscicultura ou agroturismo, que são considerados atividades não agrícolas. As práticas agroecológicas podem fortalecer as práticas pluriativas.

As transformações que ocorreram no meio rural vêm promovendo a prática de uma diversidade de atividades, antes ditas urbanas, que culminaram com o estreitamento do relacionamento entre o campo/cidade,

Esse contexto de inserção plural do agricultor (e de seus filhos) e de parte da população rural no mercado de trabalho não agrícola tem estimulado trocas mais frequentes dos bens materiais e simbólicos entre o mundo « urbano » e o mundo « rural », contribuindo para a diluição das fronteiras entre a « cidade » e o « campo », entre o « rural » e o « urbano ». As ocupações econômicas, as maneiras de se vestir, de habitar e outras práticas culturais não são mais suficientes para distinguir a origem urbana ou rural dos indivíduos. (CARNEIRO, 2002, p.229).

O vínculo entre rural e urbano é uma discussão frequente da literatura agrária principalmente a partir das novas ruralidades e novo rural brasileiro. O estreitamento da relação entre o rural e o urbano contribui para que as práticas pluriativas ocorram, pois facilita o ir e vir do morador do campo para a cidade.

AS ALTERAÇÕES DO ESPAÇO RURAL E O ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES COM O URBANO.

Na formação histórica do Brasil, o rural era soberano sobre o urbano, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda no livro *Raízes do Brasil*, o Brasil era como uma “civilização de raízes rurais”. Na verdade, a maioria das civilizações teve sua formação oriunda das áreas rurais, no entanto, a partir da inserção do capitalismo no campo, do processo de industrialização, a cidade passou a se sobressair em relação ao campo, segundo Peixinho (2006, p.37): “a organização sócio espacial variou no tempo e no espaço, mas a partir da divisão territorial do

trabalho com a organização do capitalismo duas formas predominaram – aquelas em que as cidades predominavam e as que tinham no campo o seu principal organizador”. As relações entre cidade e campo não se dão através de uma divisão de funções abruptas, há relações imbricadas nessas funções, ou seja, não estão divididas de forma estanque.

Para Milton Santos (1996), a contínua modernização e a tecnicização da agricultura podem ser compreendidas como algo que aproxima o campo da cidade. “Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes” (SANTOS, 1996. p. 227). Há uma maior relevância da cidade como condicionante das transformações socioespaciais no meio rural, ao cogitar que “a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima.” (SANTOS, 1996. p. 227).

Sobre a atração das pessoas pelas cidades, Kautsky, em seu livro *Questão Agrária*, ao demonstrar a força da industrialização e suas consequências para o processo de urbanização e o êxodo rural destaca a seguinte observação:

Nas cidades, os assalariados encontram emprego com maior facilidade do que na zona rural; apresentam-se-lhes oportunidades mais frequentes de um lar próprio: têm mais liberdade mais civilização. Quanto maior é a capital, quanto mais acentuadas essas vantagens, tanto mais forte é a atração. No campo, só podem constituir: um lar independente, uma família, adquirindo, seja por compra, seja por arrendamento, uma exploração agrícola autônoma. Isto se torna particularmente difícil nas regiões em que a grande empresa progride. Eis porque os habitantes de certas províncias têm motivos particularmente sérios de fuga para a cidade. (KAUTSKY, 1980, p. 129).

Aos poucos, a cidade começa a atrair as pessoas e sua força passa a se destacar. Essa mudança ocorre de maneira diferente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no entanto, devido à própria historicidade do Brasil essa realidade permanece.

A noção de rural, associada à produção de alimentos e de matéria prima, é fruto da hegemonia da sociedade burguesa industrial, que identifica a cidade como local de residência e de trabalho, e onde se encontram o conforto e o lazer necessários à era da modernidade. O campo, por sua vez, deixa de representar o espaço instituidor de poder de uma classe sustentada na propriedade fundiária e passa a ser o *lôcus* da produção que vai alimentar a população e a indústria dos centros urbanos. Mas essa interpretação é válida, principalmente, para o contexto europeu dos países capitalistas avançados que realizaram a revolução burguesa. No caso do Brasil e dos países da América Latina, o legado da colonização ibérica impõe outros elementos a análise. (CARNEIRO 2012 p.30).

Nos dias atuais há uma interação maior entre o rural e o urbano, a cidade se torna *locus* daquilo que faz no campo, em muitos casos, é difícil distinguir onde acaba um e começa o outro. Carneiro (2012, p. 39) ressalta que [...] “a cidade não se opõe ao campo, mas se coloca

como uma extensão deste, numa relação de dependência inversa àquela reconhecida como constituidora da relação campo-cidade [...]”. Candiottto e Corrêa (2008) destacam que:

Historicamente, os conceitos de rural e urbano / campo e cidade vêm sendo amplamente utilizados na Geografia e em outras ciências para evidenciar características sócio espaciais peculiares, de modo que tais conceitos estão cristalizados nos mais diversos grupos sociais. Com a emergência do meio técnico-científico-informacional a partir dos anos 1970 (SANTOS, 1996), decorrente dos avanços da técnica e de sua irradiação no espaço geográfico, a dinâmica sócio espacial vem se complexificando, ao ponto de ser cada vez mais difícil separar o que é rural do que é urbano. (CANDIOTTO; CORREA, 2008, p. 215).

As relações entre campo e cidade tornaram-se mais estreitas, a cidade exerce um domínio sobre o campo, no entanto, o campo é responsável pelo abastecimento das cidades, as cidades são onde os homens do campo buscam suporte, isso é evidente nos dias atuais. Todavia, esse processo inverso nos remete a vários problemas sociais oriundos principalmente das grandes e médias cidades.

A partir da segunda metade da década de 1990 os estudos a respeito da questão rural-urbano se destacaram especialmente na Sociologia e na Economia e, nos últimos anos, também na Geografia. Nesses estudos encontramos distintas interpretações da questão, pois, de acordo com alguns estudiosos, certos temas recentes exigem novas reflexões. Os principais temas debatidos em relação às novas características do campo são a intensificação da pluriatividade, o aumento das atividades não agrícolas em áreas rurais, a mecanização crescente da atividade agropecuária, o agronegócio e os movimentos socioterritoriais no campo. A questão agrária e outros sérios problemas nacionais possuem relação direta com a compreensão e ação sobre o rural e o urbano. São exemplos desses problemas o êxodo rural, a favelização, a extrema pobreza, o problema habitacional, a implosão das cidades e as dificuldades na geração de empregos. A solução desses problemas e o planejamento territorial passam pela identificação e medida do rural e do urbano. (GIRARDI, 2008, p.2).

Dentro dos temas contemporâneos abordados pela ciência agrária a relação campo/cidade ou rural/urbano é maciçamente debatida, dos conceitos relacionados ao tema, temos o *continuum*. Para WANDERLEY (2000, p. 96), o conceito de *continuum* rural-urbano permite, por um lado, “identificar a proximidade e a continuidade espacial entre o meio rural e o urbano, por outro lado, reforça a constituição de identidades referidas às diferenças espaciais e o sentimento de pertencimento ao meio rural”. Ainda para Wanderley (2001), o conceito de *continuum* é utilizado em duas vertentes. A primeira é centrada no urbano, sendo este meio fonte de progresso, enquanto o polo rural seria a expressão do atraso, estando fadada à redução pela expansão do urbano. A segunda vertente do *continuum* seria aquela que aproxima rural-

urbano, pois mesmo com a aproximação as peculiaridades não desaparecem, reafirmando a existência do rural. (Grifo meu).

De acordo com Silva (2015), ocorreria uma progressiva homogeneização entre espaços rurais e urbanos, formando uma espécie de *continuum* territorial onde se alocaria uma nova forma de divisão social do trabalho. Para Girard (2008), existiriam atualmente duas grandes abordagens sobre as definições de campo e cidade: a dicotômica e o *continuum*. Na abordagem dicotômica o campo se opõe à cidade; já na abordagem do *continuum* a industrialização é um elemento que aproxima o campo da realidade urbana.

Diante de algumas definições sobre o *continuum rural-urbano* o que fica eminente na opinião dos autores supracitados é que há uma relação de interdependência entre o rural e o urbano e entre o urbano e o rural. Essa relação permite que as práticas não-agrícola sejam mais plausíveis de ocorrer, muitos são os casos em que o morador da área rural se desloca para as áreas urbanas para trabalhar e retorna à tarde para sua moradia no campo, lembrando que mesmo assim não deixa de desenvolver atividades típicas do campo. Outro exemplo são os moradores que vivem nas áreas urbanas e procuram a área rural, na qual atividades voltadas para área de lazer e turismo são praticadas. Esse estreitamente existente entre o rural e o urbano facilita as práticas pluriativas, principalmente em áreas rurais geograficamente mais próxima das áreas urbanas.

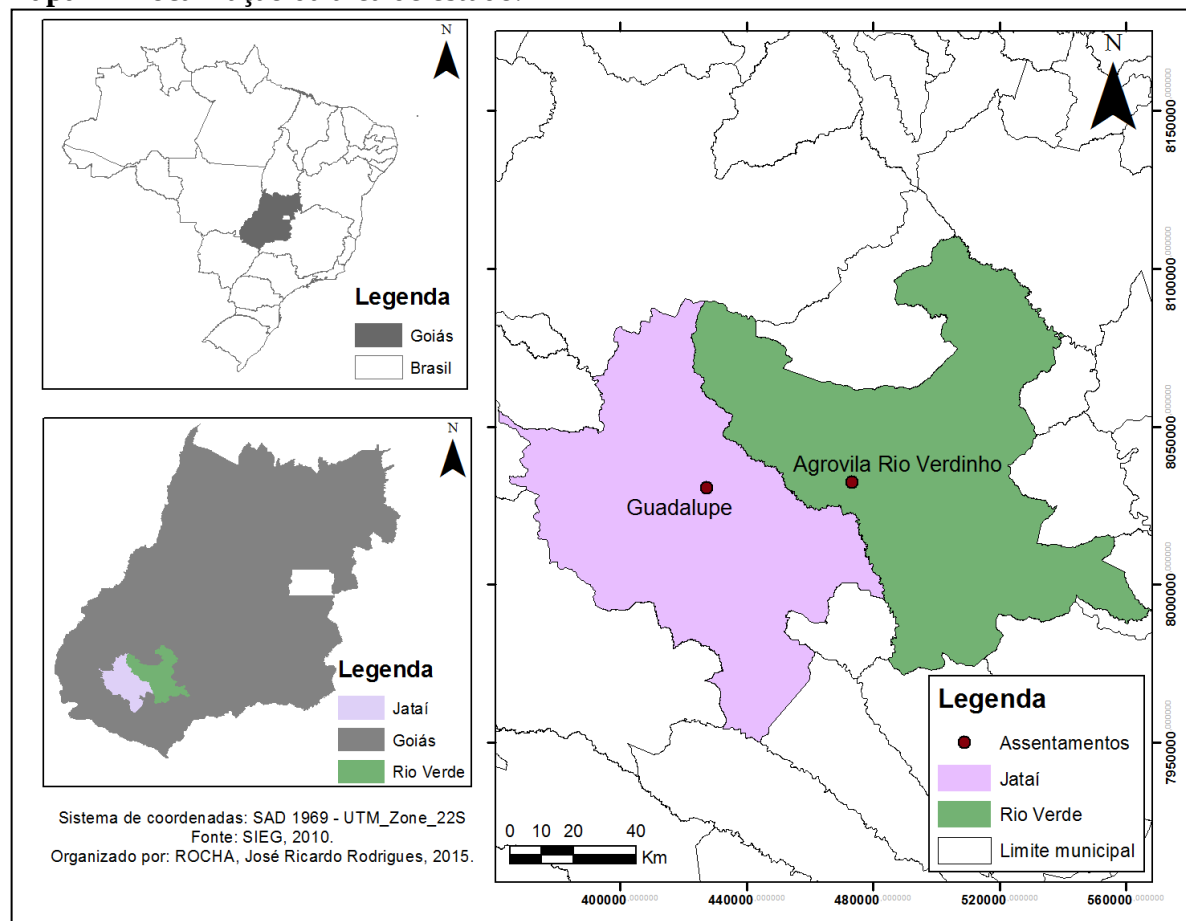
PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS ASSENTAMENTOS DE JATAÍ E RIO VERDE - GOIÁS

O Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe no município de Jataí e o Assentamento Agrovila Rio Verdinho no município de Rio Verde (Mapa 1) figuram-se como a dimensão empírica da análise. As reflexões se fundamentam em trabalhos de campo realizados em ambos assentamentos, onde foram visitadas e entrevistadas um total de 50 famílias no ano de 2019.

O Assentamento Agrovila Rio Verdinho, localizado no Município de Rio Verde GO, a 36 km da área urbana, decorreu da desapropriação da fazenda Rio Verdinho da Barra Grande. A área foi desapropriada em 18/11/1998 e oficializada em 27/01/1999 pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por meio da Portaria INCRA SR 04/006. Esse assentamento teve apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí, sendo também associado à FETAEG (Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Goiás).

Foram assentadas 27 famílias, cada morador recebeu 19,5 ha, sendo que 2,5 ha foram destinados à construção de moradias, dedicarem à criação de animais e pequenas plantações, como hortaliças, mandiocais e etc., enquanto que os restantes dos 17 ha foram destinados ao plantio comunitário.

Mapa 1 - Localização da área de estudo.



Fonte: SIEG (2010); ROCHA (2018).

O Assentamento Nossa Senhora do Guadalupe localiza-se no município de Jataí, a 5 km da área urbana, sob as coordenadas 17° 48' 39" (S) e 51° 39' 35" (W). O assentamento foi oficializado pelo INCRA em 30/04/2007, que desapropriou uma área de 1,3 mil hectares, que pertenciam a Diocese de Jataí, com capacidade para assentar 85 famílias, mas, ao final, só 58 famílias foram assentadas, recebendo cada uma 14,5 hectares de terra. O assentamento possui energia elétrica, acesso à internet, mas não possui serviços públicos essenciais como: escolas e postos de saúde, no entanto, para os moradores isso não é problema, pois o transporte (está em bom estado de conservação) busca os alunos sem custo algum e o assentamento fica muito próximo à cidade caso precisem ir ao médico.

É comum encontrar atividades variadas em estabelecimentos rurais oriundos da agricultura familiar, principalmente em assentamentos, onde a área destinada ao plantio é pequena, necessitando da prática de outras atividades como complemento de renda. O Quadro 1 demonstra as principais atividades encontradas por assentamentos, classificadas por tipo de ocupação.

Quadro 1 - Atividades econômicas por tipo de ocupação.

Atividades econômicas	Agrovila Rio Verdinho		Guadalupe	
	Agrícola*	Pluriativo*	Agrícola*	Pluriativo*
Produção agrícola própria	3	5	4	4
Produção agrícola com parceria/arrendamento	6	11	11	6
Produção Leiteira	2	2	7	3
Trabalhador com CTPS assinada/Funcionário Público	0	11	0	2
Locador	0	4	0	1
Aposentado ou pensionista	7	10	10	2
Prestador de Serviços	0	9	0	6
Comerciante	0	6	0	5
Criação e venda de animais, hortaliças e atividades para-agrícolas	2	5	11	7
Caminhoneiro/Freteiro/Transporte escolar	0	4	0	1
Bolsa Família	2	2	2	2

Fonte: Trabalho de Campo – Organizado pelos autores (2018).

As fontes de renda em assentamentos, normalmente, costumam ter uma diversificação maior uma vez que, por possuírem uma área pequena e recursos financeiros limitados, dedicarem-se apenas a uma única atividade pode colocar esse agricultor em situação vulnerável. Na Agrovila Rio Verdinho a média de atividades por família é de 3,7, no assentamento Guadalupe a média é menor, ficou em torno de 3,1 atividades por família, entre essas atividades há a presença significativa de atividades não agrícolas. Segundo Schneider (2007), o crescimento das atividades não agrícolas está relacionado às alterações no mercado de trabalho, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Sendo assim “[...] poucas pessoas retiram sua subsistência de uma única fonte de renda, ou mantêm sua riqueza num único ativo, ou utilizam seus ativos numa única atividade. Isto é especialmente válido para as áreas rurais, que são mais sujeitas às flutuações de renda da agricultura [...]” (KAGEYAMA, 2008. p.67)

Entre as atividades agrícolas foram encontradas atividades tradicionais do campo, como produção leiteira, lavoura de grãos, plantação de hortaliças, criação de aves e suínos e silvicultura (sem muita expressividade). A Figura 1 representa algumas atividades agrícolas encontradas em ambos os assentamentos estudados.

Figura 1- Atividades agrícolas da Agrovila Rio Verdinho e Guadalupe.



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Comum em assentamentos e pequenas propriedades as hortaliças são uma importante fonte de renda nesses locais, podendo ser negociadas através do Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política de Aquisição de Alimentos (PAA) e feiras ou na própria propriedade; a atividade está presente principalmente no Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe, como segue na Figura 2:

Figura 2- Atividades agrícolas Assentamento Guadalupe, Jataí (GO).



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Uma importante fonte de renda são os benefícios sociais como aposentadoria e pensão que no Assentamento Agrovila Rio Verdinho estão presentes em 17 famílias, dessas 7 são agrícolas e 10 pluriativas; em vários casos tanto a esposa como o esposo são aposentados, quando há caso de viuvez recebem a aposentadoria e a pensão. A renda advinda de aposentadorias e pensões perfazem 19% do total dos entrevistados, fato condizer com a faixa etária dos moradores desse assentamento.

As atividades para-agrícolas estão presentes principalmente no assentamento Guadalupe. As Figuras 3 e 4 demonstram o processo de produção de doce de leite e queijo para serem comercializados. O morador que produz o doce de leite compra a matéria prima ali mesmo no assentamento, produz o doce e vende na feira e de porta em porta na cidade. Alega que está sem condições de tirar o próprio leite, mas em breve o fará, pois acredita que terá um menor custo de produção.

Figura 3 - Fabricação de doce de leite no Assentamento Guadalupe, Jataí (GO).



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

A comercialização de produtos por pequenos agricultores é comum. Nesse sentido, como no exemplo a seguir (Figura 4), a família processa a cana cultivada, transformando essa em rapadura, melaço, garapa que é comercializada diretamente ou repassada a terceiros para ser comercializada.

Uma das principais funções das atividades para-agrícola é agregar valor à produção agrícola. Agregar valor é algo positivo e que pode auxiliar no aumento da renda das famílias que vivem em assentamentos, o produto bruto vendido tal como encontrado na natureza tem pouco valor agregado. Ao processá-lo, acrescentando-se etapas de trabalho manual, o novo

produto poderá ser vendido com preço maior. No exemplo da Figura 5 apresentamos outras atividades para-agrícolas encontradas em ambos os assentamentos.

Figura 4 - Fabricação de rapadura no Assentamento Guadalupe, Jataí (GO).



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Figura 5 - Atividades para-agrícola nos Assentamentos Guadalupe e Agrovila Rio Verdinho.



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Podemos exemplificar o queijo já vendido ralado no assentamento Agrovila Rio Verdinho, no qual o queijo fresco é vendido a R\$12,00, curado a R\$15,00, já ralado ele passa a ser vendido a R\$18,00, por mais que seja um lucro pequeno, considera-se que o valor da força de trabalho (o ato de ralar o queijo) foi agregado ao preço final do produto. Na Agrovila Rio Verdinho atividades não agrícolas estão demonstradas na Figura 6.

Uma das atividades ressaltadas na Figura 6 é o salão de beleza da moradora “R16”, nessa propriedade encontramos atividades agrícolas como renda principal, destaque para lavoura, safra de soja e safrinha de milho, sendo que a soja é negociada para o biodiesel; além

das atividades agrícolas a família pratica atividades não agrícolas como: prestação de serviços a terceiros com aluguel de máquinas agrícolas, em que a mesma maneja tais máquinas para os demais moradores do assentamento, além de possuir um salão de Beleza.

Figura 6 - Atividades não agrícolas Agrovila Rio Verdinho Rio Verde (GO).



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Os pequenos mercados também estão presentes no assentamento, principalmente em agrovilas, pois a proximidade entre as casas gera um bom fluxo de pessoas, fazendo com que esse ramo torne-se uma possibilidade de renda não agrícola na Agrovila. A Figura 7, mostra que além dos mercados há uma casa de aluguel.

Figura 7- Atividades não agrícolas - Agrovila Rio Verdinho – Rio Verde (GO).



Fonte: Trabalho de campo. Organizado pelos autores (2018).

Com o sistema de agrovila, formou-se um aglomerado de residências próximas umas das outras, o mercado surge como uma oportunidade já que o mercado mais próximo fica na cidade de Rio Verde, afastado mais de 30 km dali. Assim, os produtos de primeira necessidade são encontrados nesses mercados, embora com preços bastante elevados. O Assentamento Agrovila Rio Verdinho possui dois mercados e o Assentamento Rio Doce, que fica bem próximo, possui outro. No entanto, como os moradores que possuem o mercado mesmo afirmaram, ele auxilia na composição da renda, mas sozinho não é o suficiente, e às vezes acaba atrapalhando as atividades agrícolas, mas eles estão conseguindo conciliar as atividades.

Atividades não agrícolas relativas ao transporte estão presentes na Agrovila como: freteiros, motoristas/proprietário de carretas e transporte escolar. Na Figura 8 destacam-se alguns meios de transportes utilizados para atividades não agrícolas, além da escola, que emprega moradores do assentamento e da prestação de serviços, que é uma importante renda não agrícola praticada nesse local.

Figura 8 - Atividades não agrícolas - Agrovila Rio Verdinho – Rio Verde (GO).



Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

Encontramos dois proprietários de carretas que prestam serviços em grandes empresas multinacionais com transportes de grãos e que residem no assentamento Rio Verdinho, normalmente quem dirige são os filhos e o veículo foi adquirido em sociedade com o pai, dividem os lucros e os custos das atividades.

No Assentamento Nossa Senhora de Guadalupe, as atividades não agrícolas que se destacaram entre as famílias pluriativas estão expressas na Figura 9 a seguir:

Figura 9 - Atividades não agrícolas - Guadalupe, Jataí (GO).

Fonte: Trabalho de Campo. Organizado pelos autores (2018).

A família da moradora “G27” planta lavoura de soja e milho em parceria, possui hortaliça que entrega para o PAA, um veículo adaptado para vender cachorro quente e vai toda semana, sexta, sábado e domingo em frente a um clube da cidade que promove festa noturna vender o seu lanche. Segundo a moradora, “esse lanche em alguns momentos é a nossa renda principal, sem ela nem sei como estaríamos vivendo, porque a lavoura é pouca, é só uma vez por ano, os produtos da horta é no máximo três vezes por ano, então o que sobra e que podemos contar é com a renda do cachorro quente.” Ela possui dois filhos, sendo que um trabalha em um açougue na cidade e outro como servente de pedreiro, ambos possuem motos e vão para a cidade trabalhar e retornam para casa, de segunda a sábado.

A imagem da colcha representa a moradora que confecciona enxovais para vender, ela trabalha de sócia com a irmã que reside na cidade de Jataí e vem todos os dias para o assentamento e retorna para casa, além das duas elas empregam duas pessoas do próprio assentamento. A intenção dela é regularizar a situação, fazer um cômodo separado para poder produzir as mercadorias. Essa moradora alegou que o enxoval ajuda bastante na renda familiar, ela acaba tirando em média R\$1.500,00 mensais, acredita que a atividade não interfere nos trabalhos agrícolas e o importante é que trabalha no próprio lote e não precisa ir trabalhar na cidade.

A pluriatividade pode se apresentar como uma estratégia importante e somar forças para potencializar um novo modelo de desenvolvimento rural para o país, um modelo mais

socialmente inclusivo, assentado na agricultura familiar. A pluriatividade tem suas vantagens, no entanto, a função agrícola do campo não pode ser esquecida, ela deve atuar com parceira das atividades não agrícolas, como complementariedade e não como substituta das atividades agrícolas típicas do campo.

Não defendemos aqui, em momento algum, o fim do rural, ao contrário, o rural possui uma grande força, é dele que recebemos principais produtos oriundos das atividades primárias, sendo assim, concordamos com Alentejano (2003, p.11) quando este afirma que o rural não irá deixar de existir, apenas teve suas características mudadas a partir das transformações sociais, culturais e econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o avanço da relação campo e cidade, com a hegemonia sobre o campo priorizando os médios e grandes produtores e uso intensivo de agrotóxicos, consumidores cientes da importância de ter uma segurança alimentar, com a mudança do perfil da população rural dentre outras, novas funções são atribuídas ao campo, como: turismo, comércio, empregos urbanos dos moradores rurais, indústrias, trabalhos não agrícolas, área de lazer, dentre outras.

A multifuncionalidade destaca-se como uma nova forma de se pensar o campo, que vai além do agrícola/econômico ou seja, além das funções tradicionalmente básicas. Outras funções passam a ser atribuídas ao campo, nesse sentido, o caráter multifuncional integra, à função econômica da agricultura, a função social. Por uma parte, afasta-se da concepção de que a agricultura somente tem a missão de produzir alimentos e busca-se uma aproximação da ideia de que a produção agrícola tem efeitos em outros bens e atividades antes ignorados.

Outra realidade do campo brasileiro é a pluriatividade que visa às práticas agrícolas e não agrícolas dentro de um mesmo estabelecimento, desde que as atividades não agrícolas ocorram como complemento da renda agrícola, e a atividade agrícola continuem como prioridade. É comum encontrar membros da família que trabalham em outras propriedades, tenham comércio, salão de beleza, seja prestador de serviço como carpinteiro, pedreiro ou que more no campo e trabalhe na cidade, fato possível devido à proximidade que umas localidades têm com as áreas urbanas. Em muitos casos encontrados a prática de atividades não agrícolas são importantes para a permanência do morador no campo.

A exigência dos consumidores e o uso impensado de agrotóxicos levaram a necessidade do cultivo de alimentos através da agroecologia, produzindo alimentos de qualidade sem agrotóxicos, que garantam a segurança alimentar e renda para os agricultores que optam por esse modo de produção, agrega valor ao produto, pois existe um grupo muito interessante de pessoas que priorizam o consumo de produtos mais saudáveis, mesmo que para isso tenham que pagar mais.

As novas funcionalidades do campo ou a continuação de funções que já eram praticadas no campo, mas que ganham um novo contexto, uma nova roupagem, tornam-se primordiais para que os agricultores familiares, principalmente aqueles que vivem em assentamentos possam garantir a sua sobrevivência e permanência no campo. Essas atividades não devem ser vistas como descaracterização do campo e sim como atividades importantes para contribuir com a continuação da prática das próprias atividades agrícolas tradicionais.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002. 592 p.

ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas RS: Agufpel, 2003.

BLAZZO, P. P. Campo e rural, cidade e urbano: Distinções necessárias para a Geografia Agrária em uma perspectiva crítica. In: MARAFON, G. J.; PESSÔA, V. L. S. (Org). **Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa**. Uberlândia: Roma, 2007, p.10-22.

CANDIOTTO, L. Z. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.

CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. P. 167-187.

_____. Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico metodológica. In: **El mundo rural: transformaciones y perspectivas à la luz de la nueva ruralidade**. Bogotá. out. 2003. 16p. (mimeo).

_____. Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, J. M.; COSTA, L.F.C (Org.) **Mundo Rural e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Natal RN, 11 de outubro 1998: 53 – 75.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável uma perspectiva agroecológica. **Revista Ciência & Ambiente**, Santa Maria-RS, 152-165, 2003.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires, Nueva Visión. (1974).

GIRARDI, E. P. Preposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. **Tese** (Doutorado em Geografia), Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), UNESP, Presidente Prudente/SP.

GIVORD, D. **Defender o modelo rural e agrícola europeu na OMC**. Observatório Europeu Leader, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural. Conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

KAUTSKY, K. **A questão Agrária**. Coleção proposta universitária, 3 ed. São Paulo: Poposta Editora, 1980.

LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar – do mito à realidade**. Tradução: Frédéric Bazin. Revisão: Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Volume II. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.

MALUF, Renato (2002), “O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa”. In **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq e Paralelo 15, pp. 301-328.

MATTEI, L. Pluriatividade no Contexto da Ruralidade Contemporânea: Evolução Histórica dos Debates sobre o Tema. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.39, nº3, Jul-Set. 2008.

MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: DELGADO, Guilherme C.; BERGAMASCO, Sonia Maria P. P. (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017, p. 82-109.

MULLER, J. M. Multifuncionalidade da agricultura e a agricultura familiar: a reconstrução dos espaços rurais em perspectiva. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, de 4 a 6 de setembro de 2007, Fortaleza – CE. **Anais**. Fortaleza, 2007.

OLIVEIRA, F. **Aproximação ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local**. São Paulo: Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EASP/FGV, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.**

PEIXINHO, D. M. A dinâmica sócio-espacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). Tese de doutoramento, UFRJ/ CCMN/Depto de Geografia, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 4 impressão. São Paulo: Edusp, 2008. 384 p.

_____, **A natureza do espaço.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHNEIDER, S. **O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural.** Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, 2005.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** 1 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

TEIXEIRA, V. T. **Novos contornos ocupacionais no meio rural fluminense: um estudo sobre a pluriatividade entre agricultores familiares.** Campinas, SP: [s.n.], 2009.

VALE, A. R. O rural brasileiro frente à urbanização: velha ou nova ruralidade?. In: **Anais eletrônicos. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA e II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA.** Presidente Prudente: UNESP, nov. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Ana%20Rute%20do%20Vale.pdf>

VERGES, N. M. Multifuncionalidade rural: da teoría eficiente à prática ausente. **GeoGraphos.** [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 11 de marzo de 2013, vol. 4, nº 47, p. 359-382 [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2013.4.47].

TÂMBALO, J. G. e ZUTTON M. G. **A multifuncionalidade da agricultura.** Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3341732/mod_resource/content/1/R4%20aperfei%C3%A7oado.pdf acessado em 21/12/2020.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

JULIANA PRADO SOARES

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás; Graduada em Logística pela Universidade Estadual de Goiás; Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Educação Inclusiva; Mestrado pela Universidade Federal de Goiás; Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Jataí; Professora de Geografia da Rede Estadual de Educação.

DIMAS MORAES PEIXINHO

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1991); Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1998). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Professor Titular da Universidade Federal de Jataí. Com experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: cerrado, arenização, cerrados, ocupação, agricultura familiar, desenvolvimento regional e solos. Pesquisadora do Laboratório de Estudos Regionais (LAGER).

SABRINA CARLINDO

Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás; Especialização em Ordenamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; Especialização em Cultura, Identidade e territorialidade, ambas as formações pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Iporá. Mestrado em estudos da Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro, pela Universidade Federal de Jataí- UFJ; Doutoranda pela mesma universidade; Professora de Geografia pela Estadual de Educação.